

A DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE PRIVADA: ENTRE O TRABALHO E O EMPREGO¹

THE TEACHING ACTIVITY IN PRIVATE UNIVERSITIES: BETWEEN THE WORK AND THE EMPLOYMENT

AMORIM, Eliana de Paula Silva²

RESUMO

Este estudo teve como foco principal de análise a verificação da heterogeneidade da prática de trabalho do professor das universidades privadas. A partir da coleta e análise dos depoimentos dos professores entrevistados, selecionados dentro das universidades privadas da cidade de São José dos Campos, procurou-se evidenciar como o trabalho docente é realizado nessas instituições.

Palavras-chave: Universidade privada; Trabalho; Emprego.

ABSTRACT

This paper has focused and analysed the verification of the heterogeneousness in the teaching activity in private universities. Interviews were taken with teachers from selected private universities in *São José dos Campos* and it was sought to emphasize how the teaching activity is done in this institutions.

Keywords: private university, work, employment.

¹ Artigo feito a partir da dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Hojaij Gouveia.

² INESP.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o trabalho do professor universitário nas instituições privadas do Estado de São Paulo, mais especificamente da cidade de São José dos Campos. O meu objetivo foi compreender as práticas e atividades cotidianas dos professores, entendendo também o sistema de relações sociais em que essa(s) prática(s) de trabalho estão inseridas. Desta forma, eu pretendi destacar quem faz e como faz as atividades que compreendem o trabalho docente nesse tipo de instituição.

A escolha deste tema ocorreu devido a minha experiência de mais de dez anos como professora em várias instituições privadas do terceiro grau, situadas na região do Vale do Rio Paraíba. Foi a partir daí que eu senti a necessidade de refletir sobre as minhas inquietações cotidianas, sendo assim as transformei em um problema sociológico e formulei primeiramente duas questões:

- 1) Como as práticas de trabalho dos professores nas universidades privadas são construídas e percebidas?
- 2) Como os professores pensam e sentem as suas condições cotidianas de trabalho?

Para realizar a minha análise, utilizei as contribuições de autores como Brandão, Wanderley, Trindade e Cunha, que trabalham com o desenvolvimento da universidade em geral, sem deixar de lado os autores clássicos como Marx, no que diz respeito à base teórica e também trabalhei com pesquisadores como Sampaio e Anastasiou e Pimenta, que enfatizam respectivamente o ensino superior privado e a docência no ensino superior.

A História constrói-se na vida cotidiana. De Certeau (1994) fala da necessidade de saber decodificar o que o cotidiano coloca à nossa frente, assim acredito que o pesquisador deve se preocupar com o como.

É claro que para o entendimento das práticas de trabalho do professor, e como este as realiza, é necessário compreender o contexto social que as produz, portanto tive como princípio metodológico a preocupação de analisar os fenômenos com base na compreensão das particularidades de cada elemento que compõe esse fenômeno e a articulação desses mesmos elementos entre si, pois a coleta de dados quantitativos permite traçar o perfil sócioeconômico desses professores, mas as representações sociais relativas ao trabalho que eles realizam levaram a identificar as suas particularidades e peculiaridades, indo além do binômio econômico/político.

Para que isso se realizasse na prática, a minha preocupação enquanto pesquisadora foi de olhar o sujeito, no caso o professor das universidades privadas estudadas, não só em relação a ele mesmo, mas também em relação à instituição na qual ele está inserido.

Tomo como exemplo Brandão (2003), que sublinha a importância de se observar o dia a dia que compõe a trajetória da história social das ditas pessoas comuns, verificando aquilo que se passa no interior dos discursos e perceber isso como algo dinâmico e imprevisível que aguça cada vez mais a nossa percepção por aquilo que parece ser repetitivo.

Portanto, o meu objetivo foi destacar a contribuição das Ciências Sociais para o estudo do exercício profissional concreto, destacando a defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado, assim como as condições sociais desse exercício e a influência dos diversos atores envolvidos na realização do ato educativo.

Então, para que essa análise se concretizasse, foi necessário observar, a partir do cotidiano, o que a categoria trabalho representa para os professores em questão. Será que ela pode se reduzir exclusivamente à venda da força de trabalho?³

Dessa forma, é fundamental preocupar-se com o entendimento do sentido atribuído por aquele que executa esta prática no momento que ela acontece, uma vez que a minha preocupação foi saber quem realiza o trabalho docente, como ele efetiva este trabalho e como o lugar onde ele pratica esta atividade interfere ou não na sua prática ou no sentido da sua prática.

Assim sendo, no universo heterogêneo que compreende o ensino superior no Brasil (universidades públicas, federais, estaduais, municipais, privadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas), considere como objeto desta pesquisa os professores das universidades privadas da região de São José dos Campos (UNIP e UNIVAP) e dentro delas eu optei por entrevistar 15 professores dos cursos de administração de empresas, pedagogia e direito.

A escolha por universidades privadas se deu a partir de dados do INEP (2006), os quais mostram que o setor privado é responsável pela maior parte da educação superior brasileira. Existe hoje no país um total de 2.398 instituições de ensino superior, sendo que 2.141 são instituições de ensino superior privadas e apenas 257 são instituições de ensino superior públicas. O número de professores no total é de 302.006, dos quais 201.280 trabalham no setor privado.

O crescimento observado neste setor educacional não foi acompanhado por um plano de formação de docentes capacitados especificamente para dar conta da grande demanda que apareceu a partir dos anos 90.

³ Marx (1974) define força de trabalho “[...] como o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (p. 139).

Tal processo é chamado por Cunha (2004) de “improvisação docente”, ou seja, não há uma cobrança formal de uma capacitação específica para o professor do ensino superior, portanto qualquer um que possua uma graduação pode exercer o magistério superior e isso eu pude comprovar através das entrevistas que realizei com os professores das universidades estudadas.

No ensino superior público, a contratação de docentes é feita através de concursos públicos, nos quais se exige a comprovação dos graus de mestrado e doutorado, porém não há também a exigência de uma preparação específica para a docência em si.

Na maior parte das instituições de ensino superior privadas, além de muitas vezes as mesmas não cumprirem a exigência legal para a contratação, também não institucionalizam a profissão docente e contratam professores que se tornam professores no momento que entram pela primeira vez na sala de aula.

A LDB/1996 diz em relação à preparação do professor que a mesma deverá ser realizada prioritariamente e não exclusivamente nos cursos de graduação *stricto sensu*. Nos cursos de *lato sensu*, geralmente essa preparação vem por intermédio de uma disciplina de 45 a 60 horas, com diferentes características entre as instituições que a ministram.

As universidades, de acordo com uma exigência legal, para serem consideradas universidades têm que ter como objetivos o ensino, a pesquisa e a extensão, porém na maioria das universidades privadas, segundo vários autores (CUNHA, MINTO, SGUISSARDI e SOUSA), prioriza-se o ensino e mesmo assim um ensino considerado um ensino de massas, devido aos baixos índices de aproveitamento dos alunos nos sistemas de avaliação do ensino superior.

Desta forma, a partir da constatação destas características específicas, resolveu-se verificar as particularidades da(s) prática(s) de trabalho dos professores desse tipo específico de universidade.

A APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A escolha da cidade de São José dos Campos se deu pela razão da cidade ser hoje um pólo de tecnologia no Brasil e um dos municípios mais ricos do Estado de São Paulo, porém o número de vagas em universidades públicas que a cidade oferece é muito pequeno (430), sem falar que dentro desse número pequeno de vagas, não existe uma grande variedade de cursos. A cidade conta atualmente com 4 universidades públicas (ITA, com cursos na área de ciências exatas; UNESP, com o curso de odontologia; FATEC, com cursos de tecnologia de informática e logística; e UNIFESP, com curso de ciências da computação).

Já o ensino superior privado oferece cerca de 5.000 vagas nos mais variados cursos e esse número de vagas é dividido entre as duas universidades privadas UNIP e UNIVAP e mais cinco faculdades com cursos de graduação.

No que diz respeito à escolha dos cursos de graduação de administração de empresas, direito e pedagogia, se deu de maneira intencional⁴, após mapeamento detectou-se que as instituições privadas oferecem principalmente cursos em áreas de humanas ou formação geral. Segundo Sampaio (2000), dentro do ensino privado há uma maior oferta dos cursos de Direito, Administração e Pedagogia, pois eles correspondem atualmente à metade dos cursos oferecidos no setor privado. A autora explica esse fato destacando que tais cursos funcionam em um só período, normalmente o noturno, e possuem mensalidades mais baratas, não necessitam de grandes investimentos para o seu funcionamento e supostamente as instituições privadas oferecem principalmente cursos em áreas de humanas ou formação geral. Sendo assim, devido à preponderância quantitativa do setor privado, o resultado é que mais de 60% dos alunos no Brasil se formam em apenas duas áreas: Ciências Sociais/Negócios/ Direito e Educação. Em São José dos Campos não é diferente, nas universidades pesquisadas essa realidade também é observada.

Para analisar as entrevistas, eu considerei três aspectos:

- 1) Quais motivos levaram o indivíduo a ser professor universitário?
- 2) Regime de trabalho (horista ou integral), como indicador de comprometimento com a função;
- 3) Titulação acadêmica.

Assim sendo, pude manter contato com professores que representam, de uma maneira geral, o ambiente da universidade privada.

Utilizei, como instrumento de pesquisa, a técnica qualitativa na realização das entrevistas, uma vez que essa se preocupa em recuperar na trajetória do indivíduo, neste caso do professor, como ele fez a sua escolha profissional, como ele se tornou professor, enfim, antes de tudo priorizei escutar o professor. Assim, fiz o levantamento e análise de algumas trajetórias de trabalho ou de emprego dos professores da UNIP e UNIVAP, para poder captar o cotidiano dos mesmos, verificando como suas práticas são construídas, percebidas e vividas.

As entrevistas foram todas gravadas e depois transcritas por mim. Este tipo de procedimento foi muito importante, pois a cada entrevista feita e ouvida por

⁴ Segundo Sampaio (2000), dentro do ensino privado há uma maior oferta dos cursos de Direito, Administração e Pedagogia, pois eles correspondem atualmente à metade dos cursos oferecidos no setor privado. A autora explica esse fato destacando que tais cursos funcionam em um só período, normalmente o noturno, possuem mensalidades mais baratas, não necessitam de grandes investimentos para o seu funcionamento e supostamente existiria um mercado profissional mais amplo para os formandos desses cursos.

várias vezes, eu ia me constituindo como pesquisadora, aprendendo a escutar, já que depois de alguns anos exercendo a docência, eu me habituei a falar mais do que a escutar e a partir das “falas” dos professores entrevistados, eu pude refletir sobre a minha prática como professora e pesquisadora.

A escolha da UNIVAP se deu por ela ter o seu perfil construído ao longo da história de São José dos Campos, em contrapartida eu escolhi a UNIP por esta ter o perfil nacional marcado pela sua magnitude e tempo de atuação no campo educacional, possibilitando um contraste necessário e interessante para a pesquisa.

É importante ressaltar que a UNIP⁵ negou acesso ao seu campus para entrevistar os docentes, assim como também não respondeu ao questionamento sobre os dados relativos à universidade. Desse modo eu trabalhei com os dados encontrados no *site*⁶ da universidade, assim como dados publicados na grande imprensa nacional e imprensa local. Em relação aos professores, alguns pertencem às duas universidades escolhidas para a pesquisa. O grupo dos professores entrevistados foi composto por cinco do curso de Administração de Empresas, cinco do curso de Direito e cinco professores do curso de Pedagogia.

Um outro cuidado metodológico que tive que tomar para a realização da pesquisa foi ocultar os nomes dos entrevistados, para os mesmos não sofrerem represálias no seu ambiente de trabalho, sendo assim eu me refiro aos professores de maneira geral, identificando-os apenas pelos cursos que lecionam.

Para uma melhor compreensão da pesquisa efetuada, é necessário explicar que entendo a categoria trabalho como algo que parte da condição humana, um processo no qual o homem transforma a natureza, através da sua criatividade, no qual ele produz coisas concretas, necessárias para a sobrevivência humana e coisas que não são concretas, como os serviços, que compreendem outras manifestações de caráter artístico, cultural e religioso e emprego como uma categoria criada nas sociedades capitalistas, nas quais se verifica uma relação entre quem organiza o trabalho e quem vende a força de trabalho. Muitas vezes a formalização do emprego não compreende trabalho, da forma exposta aqui.

As categorias trabalho e emprego aparecem muitas vezes como palavras sinônimas, porém cada uma delas apresenta particularidades, de acordo com

⁵ Encaminhamos, para a referida universidade, uma solicitação de autorização para realizarmos entrevistas com os docentes no campus da universidade em questão, porém a mesma, representada pela sua coordenadora geral, esclareceu-nos que a nossa solicitação foi analisada, entretanto a UNIP não se coloca como objeto de pesquisa, sendo assim o nosso pedido foi negado.

⁶ Disponível em: <http://www.unip.br>. Acesso em janeiro de 2008.

os autores que analisam as atividades e as conjunturas históricas, nas quais, por sua vez, elas estão inseridas. De acordo com Lazzarechi (2007) o

[...] trabalho e emprego não são conceitos intercambiáveis, muito embora as atividades realizadas no emprego sejam atividades de trabalho, mas as atividades de trabalho não necessariamente se realizam apenas no desempenho das funções próprias de um emprego. (LAZZARECHI, 2007, p.7)

A categoria trabalho faz parte da condição humana. O homem para sobreviver precisou alterar a natureza e a esta alteração dá-se o nome de trabalho.

Marx ajuda-nos a ilustrar esta afirmação quando diz:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (MARX, 1983, p.149-150).

O trabalho não pode ser separado da vida, ele é muito mais do que estamos habituados a generalizar, não se restringe e nem se confunde com os conceitos de trabalho assalariado e emprego.

A noção moderna de trabalho está associada à ideia de emprego, pois está ligada ao contexto capitalista, em que o homem vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Porém é importante saber que, para pensar em trabalho, é necessário analisar as condições históricas em que as práticas de trabalho acontecem.

É importante que se recupere a noção do que é trabalho, essencialmente, sem as restrições que a mesma foi ganhando ao longo do processo histórico e também sem distanciá-la do sistema de relações sociais, ou seja, da vida de todo dia ou, como diria Gorz (1988), é importante tentar compreender o porquê de a economia ter imposto ao longo do tempo o divórcio entre o trabalho e a vida. No caso do professor de terceiro grau das universidades estudadas, pude constatar através das entrevistas feitas que muitos professores perderam a noção de trabalho a que me referi anteriormente.

Isto acontece, pois estes professores não têm tempo para planejar as suas atividades docentes, que são afetadas por diversos fatores que interferem na sua prática diária, como a falta de formação específica para a docência, o tamanho das turmas, a diversidade das clientelas, o tempo de trabalho, o número de disciplinas lecionadas, os tipos de contratos de trabalho, a diversidade das outras tarefas, além do ensino em si (correção de provas e exercícios, preparação de aulas e reuniões), sem falar da conciliação com outros empregos. Assim, as suas práticas cotidianas, no que se diz respeito ao ensino, refletem muitas vezes uma simples reprodução por anos a fio de posturas e atividades em sala de aula que não se renovam ao longo do tempo e acabam adquirindo um caráter mecânico, como podemos comprovar de acordo com o depoimento de um entrevistado:

Como eu ministro a minha disciplina há 7 anos, eu já tenho uma estrutura básica, pois eu tenho as aulas já preparadas, o que eu faço é mudar os exemplos. Na verdade é uma revisão a cada ano.

Ainda pelas palavras de professores das áreas de Administração e Direito, identifiquei que vários deles têm consciência de que a sua prática docente se resume na repetição das tarefas obrigatórias do seu cotidiano e não tem mais disposição e nem ânimo para mudar essa realidade, como fala um professor com 35 anos de experiência, na mesma instituição e que descreve a sua vivência da seguinte forma:

Esses 35 anos que trabalho como professor universitário eu encarei sempre como um desafio e acredito que esse desafio foi muito gratificante, lógico que depois desses 35 anos eu já perdi e adquiri algumas características. Eu não tenho mais aquela vontade de discutir com os alunos, porque alguns problemas se repetiram de maneira infundável, durante esse tempo, por exemplo, o aluno que questiona pura e simplesmente o conteúdo da prova ou do exercício, se fosse no começo eu iria me desgastar, questionando a posição do aluno, hoje eu olho e já não sinto aquela vontade de questionar, porque aquilo vai me dar uma mão de obra danada e não vai levar à nada e é um curso de um ano apenas, de repente eu até estou pecando, porque já não estou marcando a minha presença na vida daquele aluno e nem sei se desejo mais marcar também. Hoje em dia há um desencantamento geral, os alunos, os professores. Muitos alunos se tornam professores, mas não tem conteúdo e muitos até dizem vou dar umas aulinhas, não há comprometimento, muitos estão na indústria, dão poucas aulas à noite e encaram o ensino como complemento. É vergonhoso que muitos professores não consigam sustentar as suas famílias com o seu salário. Eu não concordo com o termo dar aulas, para mim isso eu insisto com os colegas, é que eu ministro aulas, pois dar aulas é fazer algo informal, quando eu ministro aulas eu faço o aluno perceber que é o meu trabalho, minha profissão, para eu poder me valorizar e o pior ainda é quando o professor fala inho, o diminutivo aulinhas, tempo rápido, significa ganhar pouco, virou bico e eu não faço o meu melhor. Você não escuta os médicos dizerem vou fazer uma operaçãozinha.

E será que o professor empregado na universidade privada tem também um trabalho, além do emprego? Em princípio, as práticas de trabalho dos professores não seguem uma linearidade como a do trabalho/emprego fabril. Mas como isso se efetiva na realidade?

A pesquisa mostrou que o professor desse tipo específico de universidade deixou de utilizar o seu saber para a transformação do indivíduo em cidadão. O professor não se preocupa com o processo de construção do conhecimento e como o seu aluno se apropria disso, o professor não se identifica com o seu trabalho. Como diz Sennet (1999), as mudanças trazidas pelo novo capitalismo corroeram a ideia de objetivo e no caso do professor o objetivo seria levar o aluno a processar as informações recebidas e transformá-las em conhecimentos que alterem sua vida tornando-o capaz de refletir, analisar sobre o mundo ao seu redor, assim como propor coisas novas para a vida em sociedade e não somente se preocupar com a obtenção de um diploma, pois o diploma deveria ser o resultado natural de uma trajetória construída pelas duas partes em questão, o professor e o aluno. Porém, a partir da análise dos depoimentos dos professores entrevistados, percebeu-se que os professores tomam as suas atividades como o exercício do cumprimento de obrigações específicas da relação de emprego e assim sendo o diploma seria apenas o produto final deste emprego.

Um professor entrevistado fala sobre aquilo o que ele realiza no dia a dia e nos mostra o que ele pensa da seguinte forma sobre isso:

Não considero que ser professor é emprego, é uma missão, algo assim como ser sacerdote, como um juiz, não se pode encarar ser professor como um mero profissional.

A palavra missão aparece como uma incumbência, algo reservado apenas para poucos escolhidos que possam se abster das mais simples necessidades humanas, como as condições de trabalho em que o professor está inserido e realizar o seu trabalho ignorando as dificuldades existentes no mesmo.

Sobre a questão da definição de emprego, outro entrevistado diz:

O que eu faço não é emprego, não é complemento, é paixão, sou companheiro dos meus alunos, mais que professor, sou companheiro dos meus alunos, mais que professor, sou consultor.

Neste depoimento percebe-se que o professor não consegue descrever com clareza as atividades que ele realiza enquanto professor. Não reconhece que ele mantém uma relação de emprego com a universidade, ou melhor, ele considera que admitir que ele tem um emprego diminui a importância da sua prática, sendo assim ele procura explicar o seu trabalho, através daquilo que ele conhece mais, a área administrativa, dessa forma ele utiliza um termo técnico da área citada, que é o termo consultor, afastando-se daquilo que seria o trabalho docente.

Através das entrevistas, verifiquei que mesmo aqueles que não utilizam a expressão missão para definir o trabalho do professor têm dificuldades de entender o professor como profissional. De acordo com um dos entrevistados, a profissionalidade seria algo nocivo para o exercício da prática dos professores, sobre isso ele diz:

Não me sinto como um profissional do ensino, pois dessa maneira eu seria um operário do magistério, alguém que vem, dá aula e vai embora. Eu não, eu sou um agente que opera a transformação no aluno.

Para esses professores que desconhecem o verdadeiro sentido dos conceitos de profissionalismo e profissionalidade⁷, percebi através da presente pesquisa que utilizar termos como esses para se referir ao ensino seria refutar o caráter de doação que os mesmos interpretam que a docência deve ter e portanto ser menos nobre. Eles associam a ideia de profissionalismo e profissionalidade

⁷ Profissionalismo e profissionalidade, termos descritos por Bourdoncle (1991; 1993) da seguinte forma: profissionalismo é o processo de socialização profissional. Este processo se caracteriza principalmente pela adesão dos membros às regras, normas e atitudes que definem o que se poderia chamar de uma consciência profissional. Profissionalidade é o aumento do domínio profissional de uma atividade. Este aumento se faz por meio da melhoria das competências e da racionalização dos saberes que fundamentam esta atividade. Trata-se de ampliar a possibilidade de agir sobre a prática à partir de saberes formalizados. A profissionalidade no ensino supõe assim uma mudança nos saberes e sua integração na formação.

com mero formalismo, algo distante da imagem construída ao longo do tempo, na qual o professor aparece como alguém que doa, que tem uma vocação missionária e que não possui nenhum senso crítico sobre as condições de trabalho às quais ele está submetido dentro desse tipo específico de universidade.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS UNIVERSIDADES ESTUDADAS

Através da análise dos dados coletados em relação à UNIP e à UNIVAP, a instalação das mesmas são um exemplo concreto do período marcado pela promulgação da Constituição de 1988, que propiciou a expansão do número de instituições privadas no país. A UNIP se tornou universidade em 1988 e a UNIVAP em 1992. Porém, como pude me referir anteriormente no presente trabalho, o setor privado, no caso aqui representado pela UNIP e UNIVAP, se mostrou muito mais diversificado e dinâmico em relação ao atendimento à clientela existente na região, propondo para o mercado uma imensa variedade de cursos, com preços acessíveis, fazendo assim aumentar o número de matrículas, mas sem se preocupar com a qualidade de uma maneira geral. As duas universidades são responsáveis pelo aumento do número de diplomas expedidos na região e a partir da pesquisa realizada, verificou-se que o modelo adotado pelas duas instituições em questão está montado a partir da preocupação de atingir um objetivo puramente empresarial. Este objetivo, antes de tudo se deve esclarecer aqui, não é um objetivo único da UNIP e da UNIVAP e sim, como diria Santos (1999), é fruto da crise que a universidade passa na conjuntura atual.

A universidade em geral sofre para conseguir coordenar as inúmeras tarefas que lhe são impostas nos dias de hoje, tem dificuldade em democratizar o conhecimento que é produzido no interior da mesma e enfim se desestrutura também, quando os modelos de organização próprios da universidade são substituídos por modelos de gestão empresariais.

A UNIVAP e a UNIP são universidades que, segundo a classificação feita por Chauí (1999), seriam o exemplo do que a autora chamou de “universidade operacional”, ou seja, seriam antes de tudo estruturadas por estratégias e programas de eficácia organizacionais, nas quais a docência é exercida por professores que se desdobram em ministrar um número elevado de horas aula e que não dispõem nem de tempo e nem de incentivo para a pesquisa acadêmica.

Os professores dessas universidades são recrutados sem se levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimento da sua disciplina e a relação entre ela e as outras afins. O professor é contratado por contratos temporários e precários, ou melhor, flexíveis, nos quais a sua prática docente está baseada na transmissão rápida de informações, passadas de forma acessível aos estudantes, que não enfrentam um processo criterioso de seleção. A preocupação desse tipo de universidade é formar mão de obra que entre rapidamente no mercado de trabalho.

Desse modo, a partir do momento que se constata que as universidades têm como objetivo expedir cada vez mais diplomas, dentro de uma ótica empresarial, é importante se perceber a particularidade da trajetória utilizada pelas instituições estudadas.

A UNIVAP está ligada historicamente ao crescimento e às transformações sofridas pela cidade de São José dos Campos ao longo do tempo e não se pode negar a contribuição da mesma para a educação do município. A criação da faculdade de direito, em 1954, acompanha o período desenvolvimentista de São José dos Campos, que se inicia na década de 50, com a instalação da Rodovia Presidente Dutra e várias indústrias multinacionais como a Johnson & Johnson, a Ericsson e a General Motors e a criação do CTA-ITA.⁸ Esta universidade conta hoje com cerca de 11 mil alunos, que se distribuem em trinta e nove cursos superiores.⁹

Contudo, no momento que se evidencia, a partir da presente pesquisa, que os professores empregados nessa instituição constroem a sua prática docente com a transmissão de técnicas, e não sobre a produção do pensamento reflexivo que o desenvolvimento científico necessita, e isso tudo é arrematado por uma gestão administrativa caracterizada pela imposição e não pelo debate transparente e democrático, percebe-se que a universidade em questão tem o seu objetivo ameaçado, pois, como é uma instituição que cresceu com a cidade de São José dos Campos, tem nessa comunidade a base para obter a sua credibilidade e assim garantir que os seus cursos não se tornem ociosos.

Já a UNIP é representante concreta da universidade empresa. A referida instituição construiu um patrimônio sólido no cenário educacional brasileiro e a sua chegada a São José dos Campos foi apenas mais um exemplo da sua expansão enquanto empresa de ensino.

A UNIP não tem laços históricos com a comunidade local e a sua relação com a cidade visa atender as necessidades da mesma enquanto mercado. Em 2000, quando a UNIP chegou a São José dos Campos, estava em amplo processo de crescimento, no município, o setor de serviços de uma maneira geral. Apesar de continuar a ter como carro-chefe da sua economia o setor industrial, o setor de serviços começou a empregar muita gente. Dessa maneira, o mercado desse setor foi necessitando de um novo perfil de

⁸ CTA (Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial) foi instalado em São José dos Campos em 1947 e em 1950 abrigou o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), que foi criado pelo decreto 27.695, definido pela lei n. 2165, de 05/01/1954 pelo Brigadeiro Montenegro. Instituto Militar de Ensino Superior, vinculado ao Ministério da Defesa.

⁹ Conforme dados da Fundação SEADE (2006), há mais de 20 mil pessoas cursando o ensino superior em São José dos Campos. De acordo com artigo publicado no Jornal Valeparaibano, de 01/06/2007, menos de 15% dos alunos do ensino superior do Vale do Paraíba e Litoral Norte conseguiram acertar 50% das questões do ENADE. Este índice, para o diretor de Estatística e Avaliação do Ensino Superior, Dilvo Ristoff, indica que isso pode ser sinal de que o projeto pedagógico de grande parte das faculdades precisa ser revisto, pois as médias baixas obtidas nesse exame estão diretamente ligadas à qualidade de ensino oferecido nessas instituições.

profissional que precisava se qualificar ainda mais. Assim a estrutura bem equipada e diversificada da UNIP se encaixa a este objetivo.¹⁰

Um exemplo disso é o que conta, em uma entrevista ao jornal da cidade,¹¹ a coordenadora administrativa de uma faculdade da região, Arlete Goulart de Andrade: “As faculdades terão um papel fundamental para o futuro de São José, que é o de qualificar os jovens para ingressar no mercado de trabalho na região, cada vez mais exigente.”

Agora, para que estas duas universidades consigam atrair o maior número de alunos possíveis e diplomá-los, com custo baixo de produção, é necessário contratar empregados, no caso os professores, que se incubam dessa tarefa, independente das suas condições de trabalho.

Isso posto irei descrever e comentar aqui alguns aspectos do cotidiano dos professores universitários.

COMO ME TORNEI PROFESSOR

Cunha, Brito e Cicillini (2006) fazem o seguinte comentário sobre como se torna professor universitário hoje no Brasil:

Dormi aluno(a) e acordei professor (a), é a frase que, de certa forma resume a situação de despreparo que os professores que atuam nas áreas investigadas vivenciam na sua trajetória profissional. A interface de dormir e acordar representa também as possibilidades de diálogos que podem/devem ser tecidas no fazer-se professor. (CUNHA, BRITO e CICILLINI, 2006, p.216)

No caso das universidades privadas esse problema da falta de uma formação específica é mais evidente, pois devido ao crescimento e a expansão dos cursos superiores criou-se uma série de oportunidades de emprego e, sendo assim, a necessidade de preencher essas vagas.

Dessa maneira, os critérios utilizados pelas universidades para a escolha dos profissionais que irão ingressar no magistério superior, muitas vezes, não obedecem a nenhuma regra rigorosa. Isso se comprovou na pesquisa aqui realizada com os professores das universidades estudadas de São José dos Campos, UNIVAP e UNIP, tal como as privadas em geral.

¹⁰ Segundo a revista Veja (01/09/1999), a UNIP cresceu sete vezes e meia em 10 anos, para se obter esses números de crescimento, a revista afirma que Di Gênio, o criador da UNIP, analisou as características das universidades públicas, mapeou virtudes, procurou defeitos e resolveu montar uma alternativa para os estudantes, que fosse exatamente o oposto de tudo o que encontrou. Sendo assim, facilitou o acesso dos alunos à universidade aumentando o número de vagas. Criou unidades da universidade, no início na cidade de São Paulo, em seguida expandiu isso para o interior do estado e depois para o Brasil e enfim criou cursos noturnos.

¹¹ Jornal Valeparaibano, de 20/08/2006, “São José vive boom educacional e ganha 500 vagas no ensino superior”.

Detalhando um pouco mais sobre como isso ocorre na prática, verifiquei que entre os 15 professores entrevistados, nenhum se submeteu a qualquer tipo de concurso para ingresso na universidade. Apenas uma professora disse que precisou fazer uma aula teste perante uma banca para ser admitida, pois a mesma disse que se dirigiu à universidade pleiteando um emprego, em resposta a um anúncio de jornal que a instituição colocou. Isso significa que as universidades estudadas têm critérios de seleção que não são específicos para o exercício do trabalho docente, muitas vezes esses critérios se assemelham aos critérios comuns de seleção de qualquer emprego.

Cinco professores receberam convite para serem docentes na universidade. Entre os professores do curso de Direito, 3 foram convidados a serem professores, por já exercerem uma posição de destaque na profissão (promotores de justiça e advogados com vasta experiência) e serem reconhecidos na cidade de São José dos Campos como tal.

Os outros dois professores, um do curso da Administração e outra professora do curso de Pedagogia, foram convidados, pois se destacavam como professores de vasta experiência na docência, mesmo que em outros níveis de ensino (fundamental e médio). Porém apenas um professor do curso de Direito já havia trabalhado como professor em outra instituição de ensino superior.

Em relação à formação específica para o exercício da docência do terceiro grau, dos cinco professores que não tiveram nenhum preparo pedagógico antes de serem professores, dois também não tinham sequer tido qualquer experiência na docência, mesmo que em outros níveis de ensino. Eles traduziram essas dificuldades da seguinte forma:

Quando me chamaram para dar aula, eu fui pega de surpresa, porque o professor tinha falecido. Eu comecei trabalhando com três turmas. Eu não conhecia absolutamente ninguém e nada. Eu nunca tinha dado aula, eu não tinha ideia do que me esperava. Quando eu vi aquele povo me olhando, eu senti e fiquei sentada a aula inteira, sem me mexer, com medo de levantar e aí eu comecei a identificar, uma pergunta aqui, outra ali, mas foi traumatizante.

Eu fui convidado a dar aulas por um amigo meu. No começo eu hesitei, hesitei porque entendia, naquela época, há 19 anos atrás, eu entendia que o nível de ensino não ia me permitir fazer algo que eu imaginava que devia ser feito, então eu hesitei muito. Mas como eu tinha formação em Filosofia, apesar de não ter me formado, eu acabei aceitando a ideia e vim convencido que iria fazer um trabalho puramente técnico, passar o conhecimento de promotor, mas aí eu entendi que não bastava só isso e eu fui levando mais a sério, assim eu fui fazer na USP um mestrado em filosofia do direito.

Através desses dois depoimentos, percebe-se que a docência não é algo próprio do ser humano e é necessário que o professor tenha a sua prática alicerçada em conhecimentos que vão além dos conhecimentos técnicos próprios da sua profissão primeira. O indivíduo passa a exercer a profissão docente como se fosse uma decorrência obrigatória, muitas vezes, nunca se questionaram realmente sobre o que é ser professor. Como mostrei anteriormente, quando falei da legislação brasileira sobre o ensino superior, comentei que a mesma não é clara em relação ao como e onde devem ser

formados esses docentes, diferente do que acontece com os outros níveis de ensino.

Essa passagem para a docência não ocorre de maneira espontânea e muitas vezes causa danos para aqueles que estão envolvidos nesse processo.

Para o próprio professor que se vê diante de situações inesperadas, como de ensinar, em salas numerosas, compostas por alunos que possuem uma formação heterogênea.

Para os próprios alunos que são submetidos à inexperiência dos professores.

Para o próprio sentido do que é universidade, já que os professores, na sua maioria, de acordo com as entrevistas realizadas, se limitam a transmitir informações e passar a experiência que possuem enquanto profissionais da área do direito, administração de empresas e pedagogia. Sobre isso, dois professores entrevistados dizem:

As salas grandes são um problema para mim, porém, o que mais me incomoda é a péssima formação que os alunos trazem do colegial e também a seleção que para mim deveria ser mais rigorosa, isso me incomoda, acho que isso é até mais grave que o número excessivo de alunos na sala de aula, que até acho que dá para controlar. Como não tem vestibular, então o cara vem e diz vamos ver o que vai dar. Há também muita indisciplina na sala de aula, eu tenho que ocupá-los a maior parte do tempo e olha eu trabalho com turmas de quarto ano! Nesse sistema existem alunos analfabetos, pois a universidade não bloqueia esse tipo de aluno, pois não há sistema de seleção, a nossa clientela é muito variada, como se dá aula para um sujeito que é montador numa fábrica?

Em relação à organização da educação superior no Brasil, os cursos superiores, público e privado, sempre procuraram profissionais bem sucedidos nas suas carreiras profissionais, para compor o seu quadro de professores e isso comprovei através dos dados que citei anteriormente. Sobre isso

Essa situação se fundamenta em uma crença inquestionável até bem pouco tempo, vivida tanto pela instituição que convidava o profissional a ser professor quanto pela pessoa convidada ao aceitar o convite quem sabe, automaticamente, sabe ensinar. Mesmo porque ensinar significava ministrar grandes aulas expositivas ou palestras sobre um determinado assunto dominado pelo conferencista, mostrar, na prática, como se fazia; e isso um profissional saberia fazer. (MASETTO, 2003, p. 11)

Desse modo, dentro do grupo aqui estudado, verifiquei que a escolha profissional, pelo menos para a maior parte, se deu a partir de conveniências ou de contingências como veremos a seguir.

Entre aqueles que foram convidados, houve uma professora que comentou o fato da seguinte forma:

Eu já estou nessa brincadeira há quase vinte anos, fui convidada para dar aula, por ser promotora de justiça e no momento que um professor da faculdade faleceu, eu recebi o convite para substituí-lo, sem nunca ter dado aula antes.

A falta de formação específica para a docência de terceiro grau não impediu que os professores em questão exercessem a atividade docente. Um exemplo disso é o caso do professor que foi convidado a ser professor, primeiro no curso técnico e posteriormente no ensino superior por ser ex-aluno da instituição, sobre isso ele relata:

Como eu comecei a trabalhar aqui? Eu sempre gostei do ambiente da escola, desde o início, aos 5 anos quando entrei na mesma. Mas ser professor para mim foi uma descoberta, mas como foi mesmo que eu descobri que gostava disso? Ah, eu precisava trabalhar e complementar a minha renda no começo de carreira, e aí como eu mexia muito bem com a parte de informática, um professor me chamou, depois fui chamado para dar aula no curso técnico, aqui da Univap, fiquei 7 anos dando aula no técnico, que foi uma tremenda escola para mim porque para aprender a dar aula você tem que trabalhar com a molecada e nesse meio tempo eu fiz a faculdade de Administração aqui mesmo e quando acabei, dois anos depois, surgiu o convite para trabalhar aqui na graduação. Fui o ex-aluno que acabou virando professor, hoje eu trabalho com colegas que foram meus professores. Sou como eles dizem prata da casa.

Dou aula no curso onde eu me formei na graduação, é apaixonante, eu sou apaixonado pela administração e pelo ensino. [...] Eu ter sido convidado para dar aula na graduação foi uma coisa natural, pois eu já tinha uma experiência de 7 anos no ensino técnico, a única coisa que era complicado no início, é porque eu era muito jovem, as pessoas estranhavam, eu senti uma certa barreira com alguns alunos, mas no geral não houve dificuldade para contornar essa situação, foi tranquilo, não houve apuros, me deu prazer, foi gratificante, foi aquela sensação, eu cheguei no ensino superior, foi um momento de autorrealização.

Através desse depoimento, nota-se que o critério utilizado para a contratação do professor se baseou antes de tudo na confiança, no personalismo das relações humanas, critérios utilizados para qualquer outro tipo de emprego, bem distantes do caráter específico que se espera da docência universitária. O que importa é que o professor seja polivalente e adaptável às circunstâncias impostas pela instituição, despersonalizando assim o trabalho e a profissão de professor, porém lhe proporcionando um emprego.

Comprovando o que venho comentando ao longo dos depoimentos dos professores sobre quem é esse professor da universidade privada, Morosini (2001) aponta que:

O final da década de 90, refletindo orientações internacionais, é marcado pela edição de inúmeras normatizações que dão um caráter determinante às relações Estado/Universidade. A principal legislação é a LDB (Lei n. 9.394), sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996.

A principal característica dessa legislação sobre quem é o professor universitário, no âmbito de sua formação didática, é o silêncio. Enquanto nos outros níveis de ensino o professor é bem identificado, no ensino superior parte-se de que sua competência advém do domínio da área de conhecimento, na qual atua¹² (p. 17-18)

¹² Ainda utilizando a LDB, no seu artigo 52, incisos II e III, podemos verificar que a lei cobra das instituições universitárias em geral um rigor técnico, no momento que ela exige que o corpo

Constatei através das entrevistas junto aos professores que somente dois professores possuem o título de doutor, sendo que onze possuem o título de mestre e dois possuem especialização. Daqueles que possuem o mestrado foi comum escutar que eles não se sentem incentivados para iniciar o doutorado, pois a universidade não tem um quadro de carreira, não dá estabilidade para o professor e também os obriga a uma elevada jornada de trabalho, que inviabiliza a qualificação e aperfeiçoamento dos mesmos. Mas fazem questão de ressaltar que isso não é um problema da universidade em questão, mas das instituições privadas de ensino superior ou até da educação brasileira em todos os níveis, sobre isso uma professora diz:

Não existe reconhecimento, não é problema dessa universidade, nem da universidade como um todo, é do ensino em geral, nós no Brasil não somos uma sociedade educativa, nós não valorizamos a educação. O reconhecimento às vezes chega nas pequenas coisas, que a gente nem imagina, como por exemplo, quando um aluno nosso ingressa em concursos, etc.

Pensando dessa maneira, percebe-se que o professor se ressentido pela falta de valorização da sua profissão, porém procura diluir o problema em algo mais amplo que evite um confronto direto com a instituição na qual ele trabalha e que lhe dá o emprego.

A contingência na escolha profissional é algo presente em muitas das narrativas dos professores entrevistados, a necessidade de precisar trabalhar e ter um emprego, ou seja, ter uma ocupação que lhe traga algum retorno financeiro é uma realidade principalmente para aqueles que iniciaram a sua experiência docente nos ensino fundamental e médio. Então o exercício da docência no terceiro grau, segundo alguns entrevistados, seria algo a ser realizado sem maiores dificuldades por eles. Como eles próprios dizem: se eu tenho experiência em outros níveis de ensino, porque não ser professor no ensino superior, já que terei um salário maior?

Os depoimentos refletem os erros de uma visão determinista e fatalista do processo de atuação docente e deixam de levar em consideração as particularidades do trabalho docente e do professor de terceiro grau, que segundo as leis vigentes no país em relação a esta questão, deveria englobar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Vivenciando esta situação, percebi que era importante ter como foco de pesquisa esse tema sobre as práticas de trabalho dos professores das universidades privadas, já que as universidades em questão estão preocupadas em contratar os professores para realizar a tarefa de ensinar, sendo assim, os professores ficam circunscritos a uma única prática de trabalho que visa alcançar o objetivo desse tipo de universidade, que é a transformação do diploma em produto de consumo. Porém que descaracteriza o que se concebe como definição de universidade. Então se entende que a

docente dessas instituições tenha um terço dos seus professores com as titulações de mestres ou doutores e também um terço de profissionais contratados em caráter de regime integral, porém não acrescenta nada em relação à formação didática desse professor.

escolha profissional, nesse nível de ensino, a partir dos depoimentos realizados, propriamente dita se dá de maneira aleatória, de acordo os acontecimentos esporádicos da vida em geral. Não atendem um objetivo de vida previamente construído. Sendo assim, posso dizer que os professores entrevistados, antes de tudo, iniciaram a sua carreira pensando em ter um emprego e que ao longo do desenvolvimento das tarefas desse emprego, alguns foram também desenvolvendo práticas de trabalho, quando se preocuparam em aprimorar os seus conhecimentos didáticos e melhorar a sua formação específica como um todo.

O crescimento da universidade privada desfigurou o trabalho docente, no instante que transformou a sua prática de trabalho em apenas prestação de serviços, mediada por uma relação de emprego entre a universidade e o professor.

Pude verificar que os profissionais das mais distintas áreas entram na docência do ensino superior privado. Esse professor é um cumpridor de tarefas e não se questiona muitas vezes sobre o que é ser professor e a universidade faz um pacto tácito com o professor e também não se preocupa com isso.

As instituições de ensino superior privadas pesquisadas não estão preocupadas em investir na formação do professor como caminho para se atingir os objetivos educacionais citados anteriormente. Elas têm como meta obter cada vez mais alunos, então o professor deve ser antes de tudo um agente que ajude a universidade a realizar esse fim.

Os professores entrevistados na presente pesquisa, mesmo já tendo alguns anos de experiência, no mínimo oito, enquanto professores do ensino superior privado, na sua grande maioria¹³, não procuraram investir na sua formação para atingir o objetivo de melhorar a sua prática docente. Sendo assim a docência aparece como uma atividade, de certo ponto, amadora, pois parece ser provisória ou complementar a outras atividades exercidas fora da universidade. Enfim muito mais um emprego que um trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao longo da nossa pesquisa, que os professores confundem práticas de trabalho com práticas de emprego e se distanciam cada vez mais do modelo de universidade que conhecemos. Para estes professores estudados, a prática docente realizada por eles na universidade se reduz à transmissão de informações e não na criação de possibilidades que levem o aluno a produzir ou construir conhecimento.

¹³ Dos entrevistados, apenas 2 professores disseram que procuram cursos para aprimorar a prática docente, os 2 professores são do curso de Direito. Mesmo os professores do curso de Pedagogia, apenas uma professora disse que participa de um grupo de discussão (ANPED, os demais ou estão envolvidos com outras ocupações no caso dos horistas ou estão dedicando o seu tempo com tarefas administrativas.

O crescimento do número das universidades privadas no Brasil aumentou o acesso ao ensino superior, porém a qualidade do ensino ministrado nessas instituições é comprovadamente na maioria dos casos duvidosa e o professor desse tipo de instituição teve e tem as suas práticas de trabalho e/ou de emprego alteradas pelas consequências do aumento desordenado desse setor, sem falar das influências sofridas pelo chamado neoliberalismo.

Sennett¹⁴ discute as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. No caso do professor, verifica-se que tais práticas de trabalho deveriam estar fora do enquadramento capitalista, porém o que vemos nos dias de hoje é bem o contrário, ou seja, o professor é um trabalhador qualquer, as suas práticas são reduzidas à sua forma mais simples, não necessita de muita qualificação, é repetitivo, tedioso, sem criatividade e tudo isso ao longo do tempo vai desestimulando aquele que deveria ser um profissional.

Apesar de o professor ter consciência dos pontos negativos da universidade privada e saber que isso afeta as suas práticas de trabalho, ele não sabe como isso acontece de maneira objetiva. O professor não tem tempo para muitas reflexões, carrega no dia a dia as suas frustrações. Ele ensina na universidade, sem ter formação adequada para isso, para pessoas que não têm formação adequada para receber os ensinamentos relativos ao terceiro grau, não tem incentivo para completar a sua formação, não faz pesquisa, enfim, tem o seu trabalho precarizado de todas as formas.

A ampliação que existiu do ensino superior como um todo no Brasil e principalmente no setor privado não democratizou o mesmo. A universidade privada cresceu, tentando atingir os objetivos, como obter o maior número possível de alunos, sem perder seu foco na rentabilidade que isso pode trazer. Pode-se dizer que houve um crescimento quantitativo, mas não qualitativo. Esse quadro apresentado comprovou-se nas universidades privadas de São José dos Campos, UNIP e UNIVAP.

Dentro dessas universidades, o trabalho docente, por sua vez, tem sido prejudicado no que diz respeito à existência de contratos de trabalho mais econômicos, como é o caso dos temporários ou horistas, reproduzindo dentro da universidade o que ocorre no mercado de trabalho. Nas universidades privadas estudadas, encontrei professores que não tem ideia do que é docência e do que é universidade. Não têm relações estáveis de emprego, não participam, na sua grande maioria, das decisões acadêmicas e ainda são mal remunerados.

É evidente que todos esses problemas afetam as práticas docentes, pois se inserem na universidade valores intrínsecos ao capitalismo. O diploma é uma mercadoria e deve ser produzido de forma rápida, então a dimensão reflexiva

¹⁴ A corrosão do caráter.

e interrogativa que o trabalho docente deveria ter acaba se perdendo e assim sendo a identidade do professor com o trabalho em si se perde.

Para ser professor não é apenas necessário conhecer o conteúdo. O professor, para se constituir enquanto profissional, agente da construção do conhecimento, deve conceber a educação como algo que não leve ao conformismo e muito menos a simples instrumentalização do indivíduo para uma inserção social sem autonomia.

Nem mesmo é suficiente para ser professor ter talento, vocação e nem bom senso e muito menos só experiência. O ofício e as práticas que envolvem essa profissão são muito mais complexos do que isso e muitas vezes desconhecidos da sociedade em geral. A singularidade de ser professor universitário requer uma atenção particular, que a maioria dos professores entrevistados desconhece ou não tem tempo para concretizá-la.

Os professores entrevistados constroem as suas práticas de trabalho a partir das condições que as universidades lhes oferecem, então realizam tarefas para cumprir os objetivos determinados pelas mesmas. Alguns percebem a defasagem entre aquilo que realizam no seu cotidiano e o que realmente seria a prática docente universitária, porém não vivenciam experiências de mudanças.

Considero aqui que o trabalho do professor universitário não pode ser reduzido ao emprego somente. Se por um lado ele precisa do emprego para a sobrevivência, por outro lado as suas práticas de trabalho não devem ser condicionadas pelas relações de emprego, às quais ele está submetido e nem apenas para a manutenção do mesmo. A atividade docente universitária faz parte da vida, satisfaz uma necessidade humana, que é a educação, e não pode ser apenas um meio de ganhar a vida.

REFERÊNCIAS

- BOURDONCLE, R. *La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. Revue française de pédagogie*, Paris, n. 94, janvier-février-mars, 1991.
- BRANDÃO C. R. *A pergunta a várias mãos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio. *A universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CUNHA, L.A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n.88, 2004.
- CUNHA, A.M. de Oliveira, BRITO, T.T., de Rodrigues e CICILLINI, G. Ap. (2006). Dormi aluno(a)...acordei professor(a). Interfaces da formação para o exercício do ensino superior. In.: *Reforma Universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006 .
- DE CERTEAU, M. Fazer com: usos e táticas. In: DE CERTEAU, M. *A invenção Cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GORZ, A. *Métarmophose du travail, quête du sens: Critique de la raison économique*. Paris: Éditions Galilé, 1988.
- LAZZARESCHI, N. *Trabalho ou emprego?* São Paulo: Paulus, 2007.

MARX, K. *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. *Prefácio à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril, 1974.

MASETTO, M. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MINTO, L.W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006.

MOROSINI, M.C. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: *Professor do ensino superior: Identidade, docência e formação*. Brasília: Plano, 2001.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.das G.. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAMPAIO, H. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2000.

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: Reformas do Estado e Mudanças na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOUSA, J.V. de. Restrição do público e o estímulo à iniciativa privada: tendência histórica no ensino superior brasileiro. In: SILVA, Maria Abadia da; SILVA, Ronalda Barretos (Orgs.). *A ideia de universidade, rumos e desafios*. Brasília: Liber Livro, 2006.

TRINDADE, H. Universidade, ciência e Estado. In: Trindade (org). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WANDERLEY, L.E. (1999), *O que é universidade?* São Paulo, Editora Brasiliense.

SITES PESQUISADOS

INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>

UNIP. Disponível em: <<http://www.unip.br>> UNIVAP. Disponível em: <<http://univap.br>>